

## **Alcances e limites do ativismo virtual**

*Documento para su presentación en el VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP. (Madrid, España) del 25 al 28 de septiembre de 2017.*

**Autor(es): Roedel, Daniel e Gomes, Eloiza**

**Email: [droedel01@gmail.com](mailto:droedel01@gmail.com) e [eloizaoliveira@uol.com.br](mailto:eloizaoliveira@uol.com.br)**

### **Resumen/abstract:**

O artigo aborda a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em especial a Internet, como instrumentos de ativismo social e político. Destaca seu uso por movimentos sociais nos anos recentes e sua incorporação na gestão pública. Parte do discurso dominante de que o ambiente virtual é desprovido de hierarquias e constitui um campo de livre manifestação. Porém, apesar da disseminação que as TIC têm alcançado no enfrentamento à mídia hegemônica, procura alertar que o ambiente virtual não é descolado do ambiente real, pois reproduz conflitos, disputas e assimetrias da realidade concreta. Como exemplo dessa relação é apresentada a crescente militarização promovida por governos como forma de controle e intimidação dos movimentos sociais, que atua também no ambiente virtual controlando vidas, escolhas e ação política.

**Palabras clave:** Tecnologias de informação e comunicação; ativismo virtual; Internet; movimentos sociais.

### **Nota biográfica:**

#### **Daniel Roedel**

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, com tese aprovada com louvor. MSc em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV-RJ (2009) e DEA em Inteligência Competitiva – Université Aix-Marseille Faculté des Sciences et Techniques de St. Jérôme. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

#### **Eloiza Gomes**

Psicóloga e Pedagoga, com Mestrado em Psicologia Escolar. Concluiu o Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). É Diretora do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da UERJ.

## Introdução

A expansão e sofisticação das TIC se por um lado deram um amplo suporte ao processo de globalização de mercados, por outro também causaram profundos impactos nas pessoas e na sociedade em geral. Sua utilização não só propiciou a circulação de capitais pelo planeta, como também disseminou o modo de vida e a cultura dos países hegemônicos, especialmente os Estados Unidos. Um modo de vida que tenta a subsumir outras culturas e universalizar um tipo de sociedade pautada pelo consumo intenso e imediato. Tenta exercer fascínio e sedução, ao mesmo tempo em que oculta e naturaliza as consequências sociais e ambientais adversas.

Trata-se, portanto, de um papel político e ideológico que ao consagrar a sociedade orientada para o mercado transmite a ideia de um determinismo tecnológico como se o próprio desenvolvimento das tecnologias e a ciência possuíssem autonomia e vontade próprias, se organizasse fora do contexto social ou que por si mesmas conduzissem a um desenvolvimento.

No entanto, as tecnologias não são neutras nem autônomas em relação à realidade social. Pelo contrário, são produtos dessa realidade e a reproduzem com suas relações de poder e interesses dominantes e hegemônicos. Uma relação que é histórica e não está restrita ao desenvolvimento e aplicação das TIC. Já no século XIX Karl Marx (1971) evidenciou essa relação ao identificar o uso da maquinaria para o aumento da produtividade no trabalho e da exploração do trabalhador.

No modo capitalista de produção as ciências são subsumidas e aplicadas ao processo produtivo; atuam de modo externo ao processo de trabalho, como uma força produtiva pertencente ao capitalista. A aplicação das ciências está em máquinas, equipamentos e processos subordinados ao capital e por ele instrumentalizados. O capital não cria a ciência, mas a explora no processo produtivo tendo em vista a acumulação (Marx, s/d)<sup>1</sup>.

Marx acentua que por meio da maquinaria o capitalista aumenta a produtividade do trabalho, mas essa produtividade não beneficia o trabalhador com uma menor jornada de trabalho, inicialmente a prolonga. O menor esforço despendido leva à ampliação da oferta de mão de obra para mulheres e crianças, fragilizando a resistência às novas condições impostas. É a máquina que comanda o processo de produção e não o trabalhador (Marx, 1971: 460, 481). Este se torna uma extensão da máquina, a serviço dela.

Do mesmo modo, na primeira metade do século XX as pesquisas desenvolvidas no Instituto para Pesquisa Social da Alemanha, conhecido como Escola de Frankfurt, como por exemplo, os trabalhos de Theodor Adorno e Herbert Marcuse, entre outros, relacionaram a tecnologia e a técnica com as relações dominantes. Posteriormente, Andrew Feenberg também desenvolveu estudos críticos sobre a relação entre tecnologia e dominação.

---

<sup>1</sup> Conforme Manuscritos Econômico-filosóficos, disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm> e <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>, acessados em 16/02/2015.

Assim, ciência e tecnologia estão intimamente associadas ao desenvolvimento da sociedade industrial capitalista. São socialmente determinadas, isto é, se desenvolvem conforme a orientação dominante na sociedade. Reproduzem as relações sociais e estão submetidas a influências históricas, políticas e culturais (Feenberg apud Dagnino; Novaes, 2004). Desse modo, não podem ser consideradas neutras ou autônomas com relação à vida social, mas um produto das relações de poder que se estabelecem na sociedade e que atuam a serviço desse poder.

Mesmo sob uma aparência de neutralidade e de inevitabilidade, as opções tecnológicas na sociedade são decorrentes de escolhas e refletem a disputa política nas lutas sociais, sendo projetadas pelo modo de vida hegemônico. Há uma conexão entre a tecnologia adotada e o que se dissemina como modo de vida ideal. Pode induzir ou contribuir para um processo de mudanças ou para a dominação. A tecnologia atua, assim, como um instrumento para estruturar estilos de vida, conforme interesses específicos. Desempenha um papel político na sociedade, a despeito da tentativa de ser apresentada como algo meramente instrumental. E por estarmos numa sociedade hegemônica pelo modo capitalista de produção e de vida, a tecnologia assume o papel preponderante de servir e de moldar a sociedade a esse interesse, submetendo os interesses gerais ao interesse particular do capital (Feenberg in Neder, 2010).

É o que também argumenta Fernandes (2009: 145). Para o autor,

“a ideia de que a ciência e a tecnologia científica sejam, em si mesmas, um fator de mudança social revolucionária não passou de uma utopia iluminista. Se não existem impulsões revolucionárias na sociedade, [...], a ciência e a tecnologia científica são usadas para fins conservadores, reacionários e contrarrevolucionários”.

A linha de montagem fordista e a organização científica do trabalho, baseados na racionalidade, produtividade, escala e padronização de produtos, são exemplos da aplicação da tecnologia aos interesses dominantes da sociedade capitalista.

Tecnologia, materiais, instrumentos empregados na produção, bem como sistemas de comunicação e transportes são inventados e transformados de acordo com as necessidades desse mercado (Braverman, 1981). Foi o que ilustrou Charles Chaplin no filme “Tempos Modernos”, de 1936, no qual a linha de montagem, que intensificava a exploração do trabalhador, visava atender estritamente à necessidade de aceleração da produção em detrimento das condições de trabalho. No filme, Chaplin é sugado pela engrenagem da máquina e o trabalhador se torna, ele mesmo, o próprio produto. Ele é coisificado, conforme termo de Marx.

Questionar o papel desempenhado pela tecnologia não significa rejeitar o seu uso. Pelo contrário, representa uma tentativa de desmistificação de sua autonomia e neutralidade, bem como a necessidade de se colocar no debate político a sua constituição e modos de aplicação. Afinal, se a tecnologia pode ser utilizada para dominar e promover o autoritarismo como no nacional-socialismo alemão do período de Adolf Hitler, quando a racionalização e mecanização da produção seguiram as diretrizes da maior eficiência tecnológica em favor do totalitarismo, pode também contribuir para a liberdade e a abundância na sociedade, para a eliminação do trabalho árduo (Marcuse, 1999) e liberar o ser humano para atividades mais criativas.

## **Tecnologias de informação e comunicação (TIC): participação e reprodução**

O debate acerca da neutralidade, autonomia ou subordinação da ciência e da tecnologia é relevante no atual contexto de ampliação da oferta de novas TIC na sociedade. Apesar de um certo encantamento ou até mesmo fetiche com que as novidades das TIC são recebidas na sociedade e comunicadas pela mídia, também elas não são autônomas nem isentas. Sua ampla disseminação se dá para além das práticas globais de comércio, indústria e finanças. São adotadas como meio de sociabilidade, para o exercício de cidadania e por movimentos sociais contestatórios à globalização atual.

No embate político e ideológico que confronta a tentativa de legitimação e expansão da atual ordem capitalista neoliberal, com a proposição de outros mundos possíveis, as TIC têm sido utilizadas como instrumentos de contra-hegemonia<sup>2</sup>, construindo redes virtuais de resistência e disseminando informações que contribuam para esse enfrentamento, e por governos para aumentar a legitimidade da gestão pública se aproximando de modo virtual da sociedade civil.

Um exemplo de participação mediada pelas TIC pode ser considerada a iniciativa do governo do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, no período de 2011 a 2014, de criar um Gabinete Digital<sup>3</sup> para propiciar a participação política do cidadão nas decisões de governo.

O Gabinete se propôs a “promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania promovendo a eficiência e o controle social sobre o Estado, estruturando a relação do Governador com as diversas formas de escuta e participação através das redes digitais”<sup>4</sup>.

Apesar desses aspectos positivos, Internet e redes virtuais, cuja utilização se ressaltam como espaços de participação democrática, requerem que se aborde o modo como a informação se organiza e o papel político que desempenham, principalmente se considerarmos o poder que grupos de comunicação exercem nos ambientes tradicionais de informação.

Por serem produtos de uma construção social, as TIC, do mesmo modo que as demais tecnologias, reproduzem as relações de poder e suas assimetrias. Portanto, ao utilizá-las como instrumentos de pressão política e social ou de expansão da democracia na gestão pública, deve-se ter presente o limite da isenção e da transparência que desempenham.

Debater esse papel político pode contribuir para proposições acerca do seu processo de democratização e de superação dos interesses mercantis, tornando-as instrumentos a serviço da cidadania e dos movimentos sociais. Isto porque, se as TIC contribuem para legitimar a dominação, deve-se buscar compreender as possibilidades e limites desta contribuição para a emancipação e autonomia dos movimentos sociais e da própria democratização da gestão pública.

---

<sup>2</sup> Aqui se adota o termo conforme o filósofo italiano Antonio Gramsci.

<sup>3</sup> Conforme <http://www.gabinetedigital.rs.gov.br/>, Acesso em 02/08/2011.

<sup>4</sup> Idem.

## **Internet, mercado e os limites da participação**

A Internet surgiu no contexto da Guerra Fria nos anos 1960 como instrumento militar nos Estados Unidos e teve sua utilização disseminada na sociedade em geral a partir dos anos 1990. Com seus recursos comunicacionais, é percebida como meio de participação, ativismo político e social, e de construção coletiva de conhecimentos (Levy, 2000; Castells, 2000, 2004, 2008, 2013; Moraes, 2001, Burch et al., 2003).

A potencialidade das redes virtuais que se formam a partir do uso das TIC é entendida por Levy (2000) até mesmo como base para uma nova sociabilidade, pois a participação social nas redes virtuais pode se constituir numa inteligência coletiva, ou seja, uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências (Idem), por meio da qual se possibilita a construção de consensos e entendimentos, valorizando o processo e os resultados coletivos. Uma coordenação mediada pelas TIC pode potencializar essa inteligência tornando o ciberespaço um local de interações entre conhecimentos e conhecedores, aproximando-se das comunidades num processo desterritorializado.

Castells (2000) destaca que essa ampla difusão das novas tecnologias da informação convergiu para um novo paradigma baseado na microeletrônica, nos computadores e nas telecomunicações. Seu desenvolvimento exerceu um papel fundamental na reestruturação econômica das principais empresas e governos dos países do G-7<sup>5</sup> na década de 1980. As novas redes de telecomunicação e os sistemas de informação cumpriram papel fundamental na integração global dos mercados financeiros e na fragmentação e uniformização articulada da produção e do comércio mundiais.

Moraes (2001), cita o ambiente interativo da Internet como um componente criativo nas lutas sociais. Para o autor,

Organizações não-governamentais, associações profissionais, sindicatos e núcleos ativistas, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações. [...]. O que se busca é promover a disseminação de ideias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores empenhados em alcançar a justiça social (Moraes, 2001: 125).

Defensores da Internet como meio de ativismo social virtual argumentam ainda que as ferramentas da Internet possibilitam a mobilização e politização da sociedade civil para diversas causas, que tanto podem possuir alcance local, regional, nacional ou global. Moraes (2001: 128) reforça que o espaço da Internet é uma “arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos”.

A Internet possibilita narrativas dos movimentos sociais e pequenos grupos como contraponto às narrativas dos grandes meios massivos das corporações. Uma guerra em rede em oposição à guerra da informação. Por ela, se podem apresentar diferentes posicionamentos em relação aos posicionamentos dominantes, produzir efeitos contrários,

---

<sup>5</sup> Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido.

promover ou inibir iniciativas que contrariem os interesses dos grandes grupos. É um campo social em que a liberdade está sendo disputada (Malini, 2013).

De fato, o uso das TIC foi importante meio da aceleração da prática neoliberal assumida pelo capitalismo a partir dos anos 1970. Essas tecnologias comprimiram a crescente densidade das transações de mercado, tanto no espaço como no tempo, e produziram uma expansão particularmente intensa do espaço-tempo (Altvater, 2010; Harvey, 2008). A intensificação do desenvolvimento e aplicação das TIC como instrumento de maximização dos resultados das empresas no mercado é evidenciada pelo aumento dos investimentos que tais tecnologias receberam: de 20% nos anos 1970, para 45% próximo ao ano 2000, acompanhado de um decréscimo do investimento na produção e na infraestrutura física (Harvey, 2008).

As TIC e as redes virtuais, que no processo de globalização são utilizadas para a produção econômica e uniformização de identidades e culturas, trazem, também, no seu bojo o potencial para a articulação de projetos de resistência e de construção de modos alternativos de poder, que busquem romper com essa relação de dominação.

Isso porque as TIC são apropriadas pelos cidadãos e pelos movimentos sociais em âmbito mundial promovendo o debate numa sociedade global acerca da preservação do meio ambiente, do respeito aos direitos humanos, direitos das mulheres, dos povos indígenas etc. As redes virtuais que se formam vêm se tornando importantes atores que influenciam as agendas internacionais e a ação dos Estados e das empresas transnacionais (Burch et al., 2003).

O Movimento Zapatista no México, nos anos 1990, possibilitou, pelas redes virtuais, uma ampla divulgação do movimento, sensibilizando a sociedade civil e obrigando o governo mexicano a uma negociação histórica com o movimento social (Castells, 2008, 2004).

Mais recentemente, mobilizações sociais, tais como: a Primavera Árabe, os Indignados da Espanha e o *Occupy Wall Street*, utilizaram amplamente o espaço da Internet e seus aplicativos, como o *Twitter* e o *Facebook* na mobilização e comunicação da resistência, difundindo seus princípios e estabelecendo uma comunicação efetiva com a mídia mundial e, em alguns casos, conseguindo êxito em neutralizar iniciativas oficiais que tentavam desqualificar os movimentos e justificar a repressão<sup>6</sup>.

Seguindo a lógica da sociedade gerida pelo capital, rapidamente a Internet se tornou uma mercadoria, um objeto de consumo, cujas características se apresentaram muito além de uma ferramenta de comunicação virtual. O seu potencial de comunicação em rede mundial possibilitou a difusão da ideia de que a realidade virtual estaria suplantando a realidade concreta, transformando-a e criando uma nova sociedade baseada na cooperação, uma cibercultura. Temas como liberdade, autonomia, território livre despido de hierarquias e censura, realidade virtual, assumiram o protagonismo desse novo modo de comunicar, interagir, negociar, aprender. Empresas especializadas em Internet (denominadas empresas *pontocom*) ganharam espaço no mundo dos negócios. Suas ações alcançaram patamares superiores às empresas que atuavam no mundo concreto.

---

<sup>6</sup> Conforme <http://www.cartacapital.com.br/tecnologia/twitter-a-nova-via-da-revolucao>, Acesso em 04/05/2016.

Conforme *The Global Information Technology Report 2015 – ICTs for Inclusive Growth*<sup>7</sup>, as TIC atuam como um vetor de desenvolvimento e transformação social, tendo em vista que possibilitam a melhoria no acesso aos serviços básicos, a conectividade e criação de oportunidades de emprego. As TIC representam uma revolução onde se inserem em várias partes do mundo, com destaque para a Internet de banda larga, a democratização das tecnologias e a acelerada inovação. No entanto, seus benefícios não têm sido alcançados por grande parte do planeta, pois diversos países ainda não estão conectados. Mesmo dentro de países que utilizam a Internet em grande escala há uma exclusão digital pela ausência de uma cultura digital (The Global, 2015).

De acordo com o relatório, a maior presença dos benefícios do uso das TIC por parte dos países ricos provoca uma clivagem digital e aumenta a distância entre estes países e os demais, repercutindo também no acesso ao mercado de trabalho aprofundando desigualdades tanto no nível doméstico como entre os países. Assim, os desconectados digitais são considerados cidadãos de segunda classe (The Global, 2015).

Mesmo considerando a predominância dos mercados e a exclusão digital há entendimentos de que a Internet possui potencial emancipador. Para Castells (2004) a Internet passou a ser percebida como portadora de novos padrões de interação social, nos quais as comunidades virtuais se organizam substituindo e superando as construções sociais baseadas no território e na localização. Moraes (2001) destaca que o ambiente da Internet é desterritorializado; os receptores têm a prerrogativa de participação, rompendo os limites das instituições hegemônicas e da mídia, fazendo suas escolhas conforme suas preferências, sem os filtros de avaliação.

Apesar do apelo do virtual, a Internet é uma extensão da vida tal como é, em todas as suas dimensões e modalidades. Virtual e real são faces de um mesmo ambiente. E o desenvolvimento da rede no século XXI veio mostrar que na Internet há uma liberdade vigiada pelos sistemas de monitoramento e controle e a utilização da rede como negócio coloca filtros que buscam direcionar os usuários para interesses particulares, reproduzindo no ambiente virtual conflitos, contradições e interesses do ambiente concreto, prática admitida por Moraes (2001).

O ciberespaço é, pois, a materialização dessa consciência apoiada pelas tecnologias de informação (Rüdiger, 2002). No ambiente virtual não há uma nova realidade descolada da realidade concreta. Os padrões de sociabilidade presentes na realidade social se projetam no ambiente virtual. Assim, “a Internet tende a reproduzir as contradições do mundo real, embora não todas, além de conferir-lhes novas qualidades; facilita [...] a participação, mas seu tipo tende a ser, sobretudo o da participação irresponsável” (Idem, 2002: 122). É o real determinando o virtual e não o seu oposto, embora este virtual possua uma interação com o mundo real.

Mas para Shirk (2012) as redes virtuais proporcionam uma nova eficácia para comportamentos originais nos seres humanos, que por serem criaturas sociais possuem dependência mútua para a sobrevivência. Aqui, o papel das TIC é permitir e potencializar a formação de grupos, no que denomina arquitetura de participação. Além disso, e numa visão otimista das TIC, pois não considera as restrições políticas, as redes virtuais de Internet rompem as barreiras presentes nas tradicionais estruturas hierárquicas e rígidas

---

<sup>7</sup> Disponível em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Global\\_IT\\_Report\\_2015.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_IT_Report_2015.pdf), Acesso em 15/05/2015. O Relatório Global de Tecnologia da Informação 2015 é um projeto especial no âmbito do Fórum Econômico Mundial Competitividade Global e Riscos.

liberando o compartilhamento de informações e a comunicação “de muitos para muitos” (Rüdiger, 2002: 18-24-127-128).

Se, de fato, o potencial das redes de Internet abre a possibilidade para novos olhares em relação à participação, interação e superação de estruturas e modos de vida do mesmo modo que abordado em relação à C&T, ele não ocorre independente das relações sociais. E numa sociedade pautada por relações capitalistas, em que o mercado é o grande agente criador e reprodutor dessas relações, a Internet em suas diversas formas de utilização tende a manifestar essas relações, porém de modo potencializado pela acessibilidade e velocidade das redes virtuais digitais.

Ademais, ao se tornar mais um produto ofertado no mercado, a Internet está sujeita às regras e disputas desse tipo de organização da vida econômica e social. Longe de ser um espaço autônomo, território livre e democrático de comunicação e participação, ela reproduz os conflitos, as contradições e as batalhas travadas no ambiente concreto.

Além disso, a sociedade capitalista não se restringe a pautar as relações econômicas e sociais pelo mercado. Ela se estende e procura criar um modo de vida compatível e coadunante com sua lógica. Nela, um ser humano individualizado, orientado para suas próprias necessidades e interesses assume o protagonismo. E numa comunidade virtual baseada na Internet tem muito mais de uma sociabilidade privatizada, de redes centradas no eu, conforme alerta Castells (2004), do que uma sociabilidade baseada no interesse coletivo e no compromisso com a esfera pública. Assim, as comunidades virtuais não reproduzem as comunidades tradicionais nas quais o indivíduo preserva sua individualidade, mas a submete à vontade de instâncias supra-individuais (Rüdiger, 2002).

Cabem, portanto, algumas questões acerca da relação entre mundo virtual e mundo real. Se concordarmos que nas décadas recentes o mundo social se estendeu para o virtual e o *online*, como esses dois mundos estão organizados? São de fato, mundos novos, livres e abertos para a produção, circulação e inovação do conhecimento, ou obedecem às mesmas regras do mundo *offline*?

São questões que podem contribuir para a identificação do espaço de autonomia crítica e de inovação, bem como das limitações que se pode esperar do mundo virtual, uma vez que, por estar subordinado às regras de acumulação e reprodução do capital e não se constituir num espaço independente e dissociado do mundo real produz e reproduz a ideologia dominante que oferece “mais do mesmo”, tentando limitar o espaço para o confronto com o pensamento hegemônico e reduzir a disputa política a mero enfoque instrumental.

Se considerarmos que a sociabilidade centrada no indivíduo em detrimento de uma vontade coletiva, e a mercantilização do que é socialmente produzido são exemplos da sociedade baseada no capital, e que a realidade concreta se projeta no ambiente virtual, este ambiente tende a reproduzir as contradições, limites e restrições desta realidade concreta, conforme já apontado. Assim, o cerceamento da participação política, a criminalização dos movimentos sociais, o monitoramento do cidadão em nome da segurança do Estado e a despolitização da sociedade estão presentes também no ambiente virtual. E a nova sociabilidade produzida pelo ambiente virtual se assemelha mais ao que o filme “Denise está chamando”<sup>8</sup> evidencia. Mesmo tendo sido produzido antes da

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BcbNJ2-7Q5g>, Acesso em 20/08/2015.



disseminação das redes sociais virtuais e abordando os contatos interpessoais centrados no telefone, fax e secretária eletrônica, o filme parece antecipar a fragilidade da sociabilidade virtual que produz uma falsa sensação de participação e de ação coletiva ao apresentar a relação de amigos virtuais que nunca se encontram.

Ademais, ao acessar a rede as informações estão registradas e armazenadas em algum local. O tráfego pode ser monitorado, rastreado e o usuário acompanhado em seus movimentos virtuais e posicionamentos. Tudo pode ser oportunamente utilizado conforme os interesses políticos de governos e empresas. O usuário não possui informações sobre como a sua utilização da rede está sendo conduzida. No ambiente virtual a liberdade pode ser aparente ou restrita, do mesmo modo que na realidade concreta.

Informações disponíveis, fáceis de serem armazenadas e recuperadas, conforme os interesses em disputa. Este aspecto foi antecipado por Schaff (2007), antes mesmo do advento público e comercial da Internet, quando alertou para o que denominou de *sociedade informática*, poderia exercer controle sobre a vida de cada cidadão. Nessa sociedade,

Toda instituição que tenha contatos com uma pessoa reúne informações sobre ela na esfera de seu interesse e armazena estas informações na memória de um computador. Isto é feito pelos padrões, pelas instituições de seguro social, pelos hospitais e ambulatórios, pelas escolas, pelos partidos políticos, pelos sindicatos etc..

Uma instituição deste tipo poderia não apenas saber praticamente tudo sobre uma determinada pessoa, mas, ademais, na prática, poderia conhecê-la mais e de forma mais confiável do que esta se conhece a si mesma [...]. Mas poderia proporcionar oportunidades fantásticas, não apenas para a chantagem, mas também para os mais refinados métodos de manipulação de pessoas (Schaff, 2007: 50).

Nas redes virtuais da Internet a autonomia, embora exponencialmente ampliada pela pulverização das possibilidades de posicionamento do cidadão individual, a partir de seu computador pessoal, e aumentada ainda mais pela portabilidade dessa tecnologia, é ainda assim restrita e o poder concentrado em poucos servidores, que hospedam os dados dos usuários, as informações e controlam o tráfego da rede.

Embora acessíveis, as ferramentas e aplicativos vêm prontos para uso sem que se tenha conhecimento sobre a sua construção. A *Internet Protocol* com seus servidores concentrados nos Estados Unidos e no Japão decide sobre o uso da Internet, hospeda e gere toda a rede mundial que está, portanto, subordinada aos interesses estratégicos, militares e comerciais dos Estados Unidos (Chauí, 2012; Galeano, 2007). A esse respeito, Castells (2004: 51) alerta:

A visão romântica de uma comunidade global de Internet [...] deve ser temperada pela constatação da existência de *lobbies*, de poderosas redes de influência e da preponderância de certos candidatos. Na verdade não faltam críticas justificadas contra a ausência de democracia real no ICANN [Internet Corporation for Assigned Names and Numbers]. [...] o ICANN negou-se a reconhecer o endereço de domínio “eu”, que seria aplicável a todas as empresas e instituições da União Europeia.

*Google e Facebook*, importantes empresas de Internet possuem mais informações sobre os usuários do que estes possuem sobre si mesmos. Com essas informações podem

entender como as pessoas se comportam e orientar negócios de empresas sem que o usuário saiba. Podem, ainda, vigiar pessoas passo a passo e fornecer as informações para as áreas de segurança de governos, como já ocorre atualmente. Ou seja, não há privacidade. Todos podem ser monitorados o tempo todo pelas redes virtuais da Internet. Tudo isso de modo mais sofisticado e sutil do que conseguiu imaginar George Orwell, na obra 1984<sup>9</sup>.

Portanto, monitorar o grande tráfego da rede e armazenar os dados dos usuários não se constitui problema atualmente. A dificuldade se encontra na produção de energia que alimente a computação, porque a capacidade da rede elétrica é insuficiente. Este é o caso da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA) no momento em que constrói novos complexos que abriguem e processem esses dados (Pariser, 2012).

No caso do Brasil e da América Latina, a segurança e privacidade da rede se tornam mais graves devido ao fato de que os caminhos da Internet passam pelos Estados Unidos. Assim, o processo de vigilância não se restringe aos cidadãos, mas os próprios governos e empresas podem ser monitorados. Não há garantia de privacidade nem obstáculo imposto por leis. Trata-se de questão política, de geopolítica (Assange et al., 2013).

Governos que buscam expandir as práticas democráticas utilizando a Internet para uma aproximação com a sociedade civil; movimentos sociais que buscam mobilizar e comunicar suas ações políticas pela rede; e cidadãos que utilizam a Internet para simples lazer, estudos ou ativismo político estão sob vigilância contínua. É o que Assange (2013: 53) denomina de militarização da Internet.

Atualmente tenho visto uma militarização do ciberespaço, no sentido de uma ocupação militar. Quando nos comunicamos por Internet ou telefonia celular, que agora está imbuída na Internet, nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. É como ter um soldado entre você e sua mulher enquanto vocês estão trocando mensagens de texto. Todos nós vivemos sob uma lei marcial no que diz respeito às nossas comunicações, só não conseguimos enxergar os tanques, mas eles estão lá. Nesse sentido, a Internet, que deveria ser um espaço civil, se transformou em um espaço militarizado.

É um caminho que a Internet trilha diferente e que ameaça o otimismo de Levy (2000) com relação à sociabilidade solidária e cooperativa no processo de aprendizagem e construção de conhecimentos, e de Castells (2013) quando proclama a autonomia de organização e comunicação do ator social por intermédio da rede virtual, local em que se estabelece a conexão entre o espaço dos lugares (urbano) e o espaço dos fluxos (virtual). O próprio movimento contestatório da Primavera Árabe, apresentado como grande exemplo de sucesso da mobilização virtual dos anos recentes, teve nos momentos cruciais um alerta das lideranças para que não se utilizasse o *twitter* nem o *facebook* por estarem sendo rastreados (Assange et al., 2013).

A utilização da Internet como instrumento de monitoramento e controle dos cidadãos não ocorre apenas por meio de agências governamentais de inteligência. As próprias organizações comerciais cumprem esse papel em articulação com governos. É o caso do Google, relatado por Silveira (apud Assange, 2015: 11), para quem “o Google se

---

<sup>9</sup> Conforme

<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2014/12/16/opinioao-negoci-o-do-google-e-facebook-e-a-destruicao-industrial-da-privacidade.htm>, Acesso em 09/01/2015.

tornou uma corporação que integra o sistema de controle, vigilância e expansão do poder do Estado norte-americano”. Conforme denúncias de Edward Snowden, ex-agente da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência de Segurança Nacional (NSA), ambas dos Estados Unidos, programas de vigilância global interceptam informações diretamente dos cabos de fibra ótica e as principais corporações da Internet as repassam quando solicitado (Tygel in Addor; Henriques, 2015: 267).

Assange (2015, p. 38) aponta que “as pesquisas iniciais que deram base ao Google foram parcialmente financiadas pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa” dos Estados Unidos. A empresa recebeu ainda um financiamento da NSA “para fornecer à agência ferramentas de busca para vasculhar um tesouro de conhecimento roubado que não parava de crescer” (Assange, 2015: 38).

As práticas do Google vêm, pelo menos no plano comercial, sendo questionadas na Europa. O direcionamento das buscas dos usuários para seus serviços de venda exclui ou esconde concorrentes. O fato é agravado pela posição dominante que o *site* de buscas possui na Internet. Enquanto a Comissão Europeia deve estabelecer uma multa ao Google, nos Estados Unidos o desdobramento dessas práticas teve desfecho mais favorável à empresa, pois a comissão norte-americana do Comércio (FTC) não multou a empresa pela prática de abuso de posição dominante<sup>10</sup>.

As preocupações com relação à militarização e monitoramento da rede não impediram o acordo do governo brasileiro com o Google para que este possa mapear a Amazônia<sup>11</sup>. Por tudo aqui exposto é possível antever riscos que o monitoramento pode trazer para a segurança e autonomia do país, principalmente pelo fato da Amazônia ser reconhecida como portadora de excepcional biodiversidade.

A atual militarização da Internet é facilitada pelo baixo custo de armazenamento de informações digitalizadas. No caso dos Estados Unidos, são copiados e armazenados todos os dados do tráfego da Internet no país. Não há necessidade de se suspeitar do usuário nem de haver processo judicial. A lógica da segurança que prevalece é a de coletar primeiro e investigar depois, se for o caso.

Mas o controle não se restringe ao país e alcança dimensão internacional pela ação de empresas sediadas nos Estados Unidos. Foi o que ocorreu com o WikiLeaks, organização de mídia sem fins lucrativos, que vem se tornando famosa pela divulgação de dados e informações de governos e empresas considerados relevantes para a sociedade, que teve os pagamentos de contribuições bloqueados, mesmo estando sediado na Suécia (Assange, 2015).

O modo como os governos dos Estados Unidos e de outros países da Europa lidaram com o vazamento de informações consideradas de segurança, conduzidos por Bradley Manning, Julian Assange e Edward Snowden, e a busca de punição que se seguiu, evidencia que a disputa política que se trava também na Internet, vai de encontro aos direitos civis que se consideravam já consagrados nos países centrais no século XX.

---

<sup>10</sup> Conforme

<http://pt.euronews.com/2015/04/15/comissao-europeia-acusa-a-google-de-abuso-de-posicao-dominante/>,  
<http://pt.euronews.com/2015/04/15/comissao-europeia-prepara-multa-contra-google/> e

<http://pt.euronews.com/2013/01/04/google-evita-multa-nos-estados-unidos>, acessados em 15/04/2015.

<sup>11</sup> Conforme <http://pt.euronews.com/2015/03/02/a-google-chega-a-amazonia/>, Acesso em 15/04/2015.

A ideia ou o sonho de liberdade, privacidade, participação e cooperação com o uso da Internet, pelo aqui exposto, está ameaçada pela crescente militarização da rede que controla os movimentos do cidadão, tanto por meio de agências de vigilância como pelo papel desempenhado por empresas de serviço de Internet. É uma prática em escala planetária, como atesta Assange em relação ao Google, que “estende a vigilância industrial para a maior parte da população do planeta, dominando rapidamente o mercado de telefonia móvel e [ampliando] o acesso à Internet no hemisfério sul, [...] se torna praticamente a própria Internet para muitas pessoas” (Assange, 2015: 41). Assim, exerce “uma influência [...] sobre as escolhas e o comportamento de todos os seres humanos [e] se traduz em um poder concreto de influenciar o rumo da história” (Idem).

Nesse sentido, pode ser uma importante conquista da sociedade civil a lei brasileira que se convencionou denominar de Marco Civil da Internet<sup>12</sup>, que destaca o exercício da cidadania em meios digitais, a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários, a preservação e garantia da neutralidade da rede. São invioláveis a intimidade da vida privada e o fluxo de comunicações. Somente podem ser divulgados por ordem judicial, sendo vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados. Coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, dados pessoais ou de comunicações por provedores de Internet, em que pelo menos um desses atos ocorra no país, deverão obrigatoriamente respeitar a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros, desde que pelo menos um dos terminais esteja localizado no Brasil ou que ofereça serviço ao público brasileiro ou, pelo menos, uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil, mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior<sup>13</sup>.

### **Considerações finais**

Pelo exposto, pode-se considerar que o entendimento dominante é de que a tecnologia em geral e as TIC têm exercido um papel extremamente relevante para o desenvolvimento da sociedade industrial, mas, também, no caso das TIC, contribuído para o estágio atual de financeirização e de crise da economia mundial.

Outro aspecto convergente é que o desenvolvimento e disseminação das TIC têm ainda sido rapidamente incorporados ao modo de vida das pessoas. E isto exerce um fascínio e, até mesmo, encantamento pelos seus recursos e funcionalidades. Este aspecto atua como atenuante do seu papel principal, naturaliza sua aplicação e serve como indicador de modernidade, desenvolvimento e sofisticação.

Há que se ressaltar que a apropriação e utilização das mais modernas TIC ampliam a distância entre países e populações, fato constatado até pelo relatório do *World Economic Forum*, organização, que apesar de se apresentar como empenhada em melhorar o estado do mundo através da cooperação público-privada<sup>14</sup>, tem sido considerada comprometida com a competitividade mundial dentro dos marcos atuais da globalização<sup>15</sup>. Desse modo, num mundo cada vez mais pautado pela lógica de um

<sup>12</sup> Conforme [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm), Acesso em 05/08/2014.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Conforme <http://www.weforum.org/>, Acesso em 15/04/2015.

<sup>15</sup> Conforme [http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/davos\\_anti\\_davos-forum\\_economico\\_mundial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/davos_anti_davos-forum_economico_mundial.shtml), Acesso em 15/04/2015.

mercado global, o uso das TIC tende a reforçar as relações de dependência e assimetrias vigentes.

Essa constatação reforça o entendimento de que a democratização e universalização no uso das TIC é mais retórica do que uma realidade concreta. A exclusão econômica de países da periferia do sistema e de populações com menor poder aquisitivo é uma realidade no uso dessas tecnologias subordinadas às leis do mercado. Do mesmo modo, a tendência de queda nos custos e preços da tecnologia é compensada pela rápida obsolescência de equipamentos e softwares que geram altos lucros para investidores e fabricantes, o que restringe a disseminação à capacidade econômico-financeira dos usuários (Burch et al., 2003). Portanto, o que move o desenvolvimento e a disseminação das TIC é antes o interesse mercantil e a realização de lucros do que qualquer ideal democrático ou de interesse social.

Merece destaque também o debate com relação ao conteúdo veiculado. Se considerarmos o predomínio dos países centrais na produção e veiculação do conteúdo na rede, conforme alertado por Chauí e Galeano, e aqui exposto, estamos diante de um processo ideológico que dissemina um modo de vida e uma cultura que expressam uma hegemonia na sociedade. Se os principais geradores de conteúdo na rede são os países centrais, os conteúdos produzidos e transmitidos reproduzem muito mais a centralidade desses locais. O próprio idioma inglês, predominantemente adotado, não é neutro, nem apenas um instrumento de comunicação, mas resultado da cultura que prioritariamente o exprime.

Apesar da sedução que a Internet proporciona pela facilidade de comunicação, acesso à informação e potencial de interação, seu uso é também um modo de veicular uma ideologia, universalizar padrões culturais e controlar as pessoas e a participação política.

A ampla difusão por parte das grandes mídias de práticas terroristas que ameaçam a liberdade e a segurança dos cidadãos é utilizada como argumento que justifica a militarização e vigilância na rede que, por sua vez, inibem a liberdade que se propõem a defender e resguardar. Passam a ser percebidas como um mal necessário ocultando o corte autoritário (Burch et al., 2003). E isso não pode ser negligenciado. Pelo contrário, o uso da Internet deve ser objeto de debate e proposição de ações que valorizem e preservem o potencial da rede. Sua disseminação não deve representar uma renúncia e capitulação de outros modos de vida nem ser instrumento de vigilância.

Isso porque os mecanismos de monitoramento, controle e manipulação são sutis e pouco conhecidos dos usuários comuns. As buscas e consultas na Internet são respondidas por meio de filtros desenvolvidos para oferecer respostas rápidas, fáceis e personalizadas, que selecionam as alternativas a partir de perfis construídos dos usuários. Esta personalização permite à Internet produzir conforto e agilidade nas buscas dos usuários, mas também elimina o que não se coaduna com os perfis que os próprios sites formam desses usuários, fortalecendo o que se sabe e se tem interesse, mas dificultando a aquisição de novas ideias.

Este é o papel da bolha dos filtros – baseada em modelos estatísticos que descartam as exceções. Trata-se de uma personalização construída a partir do histórico de cliques dados pelo usuário e no qual os *sites* elaboram perfis dos usuários pelos quais direcionam as consultas. E são perfis que estes desconhecem. Por ela, deixa-se de enxergar aquilo que não interessa e que, portanto, pode deixar de existir para o usuário. (Pariser, 2012).

Pelos perfis se opera um processo de persuasão para o consumo de produtos e criação de desejos, como também para a aceitação de ideias, levando a um “determinismo informático, no qual os nossos cliques passados decidem inteiramente o nosso futuro” (Pariser, 2012: 122), além de transferir poder para poucos conglomerados empresariais e aos governos (Idem). Portanto, a personalização, ao mesmo tempo em que traz o conforto na busca fácil, também limita e conduz as escolhas dos usuários.

Por outro lado, apesar dessas condições restritivas que se apresentam no seu uso, a Internet possibilita o enfrentamento à atual hegemonia transformando o espaço virtual num campo de lutas e de resistências. Isto requer entender, criticar e transformar esse espaço num campo efetivamente livre, aberto e democrático, de modo a refletir a diversidade e pluralidade de interesses do ambiente social.

A Internet, com seus aplicativos e recursos de produção acessíveis, pode ser um campo estratégico de contra-hegemonia para os movimentos sociais. Disputar esse espaço com o monopólio da informação exercido pelas empresas de comunicação é uma parte da luta política. Tais empresas cumprem relevante papel na hegemonia da classe dominante, oferecendo “mais do mesmo” em termos de conteúdos e imagens conforme seus interesses políticos e comerciais.

Mas isso é parte da disputa. É necessário ir além da produção e disseminação de informações contra-hegemônicas e dos limites impostos pela ideia de participação democrática virtual.

Nesse sentido, o alerta de Moraes (2001: 145-146) merece destaque:

Sem ignorar os obstáculos que se interpõem, penso que a Internet tende a firmar-se como um dos meios de comunicação vitais para a construção da cidadania mundial. Digo *um dos meios* para reiterar que não entendo o ciberespaço como uma esfera dissociada dos embates sociais concretos. Impensável cogitar de transformações radicais sem referências objetivas às tradições sociais. [...] percebo uma relação de confluência, de acréscimo e de sinergia entre o concreto e o virtual [...]. Julgo perfeitamente viável combinar os instrumentos de ação político-cultural que ambos fornecem, sem perder de vista que é no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, que se tece o imaginário do futuro.

Há ainda que se considerar as restrições de uso das TIC, devido às concepções que as constituem, e até mesmo à necessidade de que sejam reconfiguradas para atenderem a um outro modo de organização e participação, diferente dos modelos hierarquizados e com informações fragmentadas presentes nas tecnologias subordinadas às necessidades da economia capitalista. E a utilização de *software* livre, pela possibilidade de se ter controles sobre o código e dados inseridos, pode ser um caminho. Assim, no uso como ação contra-hegemônica por parte dos movimentos sociais há que se buscar o empoderamento e a apropriação das TIC como ferramenta útil na luta política (Tygel in Addor; Henriques, 2015).

Por fim, hoje parece se intensificar o entendimento de que problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais não são de abrangência e impacto restritos, uma vez que estão conectados e geram desdobramentos além do local onde se manifestam. Portanto, as reações ao modo como a rede se organiza, bem como os fatos políticos, sociais e ambientais, também assumem uma amplitude maior, confirmando o que Schaff (2007: 153) apontava em 1985 que “[...] devido à informática e às suas inúmeras

aplicações, o mundo se converterá em um conjunto único e estreitamente inter-relacionado, no qual todos os grandes problemas assumirão um caráter *global*”.

Utilizar as TIC como ferramentas de participação e mobilização pode ser um caminho útil na identificação de problemas e de luta política para a construção de uma nova sociabilidade. Experiências que podem ser consideradas exitosas têm sido tentadas nos movimentos sociais. Os resultados positivos na mobilização popular para causas políticas, ambientais, sociais e de cidadania estimulam a se perseguir num processo de democratização da rede de modo a se ampliar e intensificar o seu uso, revertendo práticas e construindo novos olhares acerca da realidade. Do mesmo modo que a tecnologia não é neutra e cumpre um papel político dentro de uma hegemonia, sua utilização, com outros propósitos, pode representar uma importante ação de contra-hegemonia. Isto não significa que o ativismo virtual substitui ou se sobrepõe à ação na realidade concreta, local privilegiado da luta política. Afinal, “enquanto a economia, a sociedade e a cultura não se transformam, a ciência e a tecnologia científica continuarão a alimentar a intensificação da dependência, do subdesenvolvimento e da miséria” (Fernandes (2009: 146).

Mas mesmo não substituindo a luta política travada na realidade concreta, a Internet e outras tecnologias de informação e comunicação têm espaço de atuação naquilo que Gramsci denominou de guerra de posição, travada na sociedade civil que atualmente pode ser tanto no ambiente real como no ambiente virtual. E os movimentos sociais podem produzir e disseminar dados e informações que contestem o discurso oficial e corporativo e propor “alternativas emancipatórias” (Tygel in Addor; Henriques, 2015: 269).

O uso social da rede virtual em contraposição à sua mercantilização e militarização representa um enfrentamento que ainda não se encerrou. As grandes corporações de mídia também utilizam esse espaço para expandir o discurso hegemônico e construir um senso comum em torno do que disseminam.

Por fim, a disputa poderá redundar numa Internet como um local para a construção de outras narrativas que confrontem as narrativas hegemônicas e ofereçam outros olhares e entendimentos críticos acerca da realidade, articulando-se com o ambiente real na ação política contra-hegemônica.

## Referências

- Altvater, Elmar, 2010. O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Assange, Julian et al., 2013 Cypherpunks: liberdade e o futuro da Internet. São Paulo: Boitempo.
- Assange, Julian, 2015. Quando o Google encontrou o WikiLeaks. 1. ed – São Paulo: Boitempo.
- Braverman, Harry, 1981. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar.
- Burch, Sally. León, Osvaldo. Tamayo, Eduardo, 2003. Se cayó el sistema: Enredos de la Sociedad de Información. Quito, Equador: ALAI.
- Castells, Manuel, 2000. A Sociedade em rede: São Paulo: Paz e Terra.

- Castells, Manuel, 2004. A Galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel, 2008. O poder da identidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, Manuel, 2013. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHAUI, Marilena. Mídia, obstáculo à democracia. Disponível em <<http://ponto.outraspalavras.net/2012/09/03/midia-produz-culpas-condena-sumariament e/>>. Acesso em: 13/09/2012.
- Chavez, Daniel. El marco conceptual de la democracia local participativa. Programa Latinoamericano de Educación a Distancia em Ciências Sociais PLED-CCC. Disponível em <[http://www.infoop.org/observ/parameters/infoop/files/File/upload/Programa\\_Formativo\\_Telematico/Marco\\_conceptual\\_democracia\\_local\\_participativa1.1.pdf](http://www.infoop.org/observ/parameters/infoop/files/File/upload/Programa_Formativo_Telematico/Marco_conceptual_democracia_local_participativa1.1.pdf)>. Acesso em 28/10/2012.
- CLAD – Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento. Uma nova gestão pública para a América Latina, 1998. Disponível em: <[http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/recursos-humanos/txt\\_apoio\\_documento\\_clad.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/recursos-humanos/txt_apoio_documento_clad.pdf)>. Acesso em 31/07/2015.
- Dagnino, Renato. Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo. Disponível em <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino3.htm>>. Acesso em 24/09/2012.
- Dagnino, Renato e Novaes, Henrique. O fetiche da tecnologia. Revista Organizações & Democracia, Marília-SP, n. 5, 2004.
- Dutta, Soumitra et al, 2015. World Economic Forum. The Global Information Technology Report 2015 - ICTs for Inclusive Growth. Cornell University, World Economic Forum, INSEAD.
- Feenberg, Andrew. Teoria Crítica da Tecnologia. Disponível em <<http://www.sfu.ca/~andrewf/critport.pdf>>. Acesso em 31/01/2011.
- Fernandes, Florestan, 2009. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global.
- Galeano, Eduardo, 2007. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM.
- Harvey, David, 2008. O Neoliberalismo história e implicações. São Paulo: Edições Loyola.
- Laski, Harold J, 1978. O manifesto comunista de Marx e Engels. Rio de Janeiro: Zahar.
- Levy, Pierre, 2000. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola.
- Linhart, Robert, 1977. Lenine, os camponeses e Taylor: a organização econômica soviética e o partido bolchevista. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Malini, Fábio, 2013. A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina.
- Marcuse, Herbert, 1999. Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos. São Paulo: Unesp.
- Marx, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Marx, Karl e ENGELS, Friedrich, 1956. Tendência histórica da acumulação capitalista – Excerto do capítulo XXIV do tomo I de O Capital – Obras escolhidas 2. Rio de Janeiro: Editoria Vitória Ltda.
- Marx, Karl, 1971. O capital - Crítica da Economia Política. Livro primeiro – o processo de produção do Capital. Volume I 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K.; Engels, F., 1970 La ideologia Alemana. Ediciones Pueblos Unidos: Montevideo; Ediciones Grijalbo, S.A.: Barcelona.



- Marx, Karl, 1987. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Moraes, Denis de, 2001. O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A.
- Neder, Ricardo (org). Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. 2010 (série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. v. 1. n. 3.).
- Pariser, Eli, 2012. O filtro invisível: o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rigitano, Maria Eugênia C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro *de mídia independente*. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>>. Acesso em 25/11/2010.
- Rüdiger, Francisco., 2002 Elementos para a crítica da Cibercultura: sujeito, objeto e interação na era das novas tecnologias de comunicação. São Paulo: Hacker Editores.
- Schaff, Adam, 2007. A sociedade informática: as consequências da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense.
- Shirky, Clay, 2011. A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar.
- Shirky, Clay, 2012. Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações. Rio de Janeiro: Zahar.
- The Global Information Technology Report. Cornell University, World Economic Forum e INSEAD Editors, 2015. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Global\\_IT\\_Report\\_2015.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_IT_Report_2015.pdf)>
- Zampier, Maika Bueque, 2007. Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da coordenadora latinoamericana de organizaciones del campo. Dissertação – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.